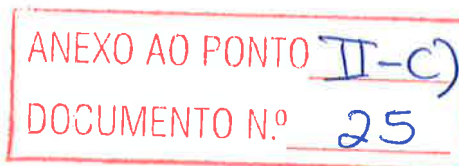




Assembleia Municipal de Setúbal



Moção

Pela ampliação e valorização do Centro Hospitalar de Setúbal

O Hospital de São Bernardo é uma peça central da presença do Serviço Nacional de Saúde (SNS) na Região e, em particular, nos concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra.

Ao longo das últimas décadas, fruto de opções políticas de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde e da desvalorização dos seus profissionais, o Centro Hospitalar de Setúbal, tal como o SNS, em geral, foi acumulando problemas com prejuízo da qualidade e do acesso das populações aos cuidados de saúde.

Em 2020, fruto de uma classificação que não reconhece a sua diferenciação e qualidade, o Centro Hospitalar de Setúbal confronta-se com uma situação de asfixia financeira que impede a resposta adequada às questões mais emergentes relacionadas com as suas infraestruturas, a contratação de profissionais e a garantia das suas valências.

A situação é extremamente preocupante e necessita de uma resposta que vá para lá do mero anúncio de medidas, é preciso agir, é preciso que sejam concretizados os compromissos, se ambicionamos que o Centro Hospitalar de Setúbal continue a ter condições de garantir o direito de todos os utentes a um serviço de saúde público e de qualidade.

Hoje, de acordo com os seus profissionais, o Conselho Consultivo e o Conselho de Administração, o Centro Hospitalar de Setúbal está em risco de deixar de assegurar as valências de que dispõe por falta de especialistas, por dificuldades de financiamento e por limitações físicas das instalações do próprio centro hospitalar.

Há muito prometida, a ampliação do Hospital de S. Bernardo, a conseqüente reorganização e reaproveitamento de espaços, as novas instalações de vários serviços, com destaque para as novas urgências – atualmente em situação de colapso –, continuam por concretizar face à não inclusão de verba no Orçamento do Estado para 2020.

Sem desvalorizar problemas vários, entre as áreas mais afetadas encontram-se a Oncologia, Obstetrícia e a Ginecologia, o serviço de Anatomia Patológica, a Urgência Geral, a Unidade de Cuidados Intensivos e a Patologia Clínica.

Com a não resolução dos problemas das carreiras dos diferentes profissionais da saúde e as limitações impostas à contratação, o Centro Hospitalar de Setúbal não consegue assegurar o conjunto de quadros necessários ao seu funcionamento e garantir a sua renovação, nomeadamente dos que aqui são formados, assistindo à sua saída para outros projetos.



Quando a maioria dos médicos tem idade superior a 55 anos, o rejuvenescimento dos seus quadros através da formação e da contratação tem que ser uma realidade.

Perante este quadro, é necessário que o Governo tome medidas imediatas, com vista a inverter o caminho que conduziu o Centro Hospitalar de Setúbal a esta situação, sendo necessário garantir a sustentabilidade financeira, técnica e operacional do mesmo.

A Assembleia Municipal de Setúbal, não podendo ficar alheia a esta realidade, delibera, na sua reunião de 26 de junho de 2020:

- Manifestar a sua solidariedade com todos os profissionais do Serviço Nacional de Saúde que, em Setúbal, lutam por um Centro Hospitalar capaz de responder às necessidades dos seus utentes, prestando um serviço público de qualidade;
- Manifestar a sua profunda preocupação com a situação existente, exigindo ao Governo as medidas imediatas necessárias à inversão desta situação, impedindo o risco do Centro Hospitalar de Setúbal perder valências e comprometer o seu futuro;
- Exigir que o Governo cumpra o compromisso, assumido em Conselho de Ministros de incluir a ampliação do Hospital de São Bernardo no Programa de Investimento na Área da Saúde;
- Exigir que se proceda a contratação dos profissionais em carência, nomeadamente de médicos, enfermeiros, psicólogos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais para o Centro Hospitalar de Setúbal, garantindo as suas valências;
- Exigir a classificação do Centro Hospitalar que garanta um nível de financiamento adequado, que respeite e valorize a sua diferenciação, as suas valências, o seu papel na formação de especialistas e a população efetivamente abrangida.

Remeter a: Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares, ARS-LVT, Administração Central do Sistema de Saúde e à Comunicação Social.

Os eleitos da CDU,

